

ANEXO 7 - MODELO DE CONTRATO COM AGENTE FIDUCIÁRIO

CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE FIDUCIÁRIO E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS COM A FINALIDADE DE ESTABELECEER CONDIÇÕES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PAGAMENTOS E DA GARANTIA, PREVISTOS NO CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, FORMALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E A SPE [•].

O Município de Campos dos Goytacazes-RJ, inscrito no CNPJ sob o nº [•], por intermédio do Prefeito, com endereço na [•], doravante denominado CONCEDENTE; [•], constituído de acordo com as leis brasileiras, com sede na [•], nº [•], Bairro [•], CEP [•], Campos dos Goytacazes-RJ, inscrita no CNPJ sob o nº [•], neste ato representada pelo Sr. [•], doravante denominada CONCESSIONÁRIA;

[•], instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil pelo Banco Central do Brasil, com sede em [•], [endereço], CEP [•], inscrito no CNPJ sob o nº [•], neste ato representada pelo [•], doravante AGENTE FIDUCIÁRIO;

CONSIDERANDO:

I. A declaração da CONCESSIONÁRIA como vencedora do processo licitatório nº [•], pertinente ao Edital de Concorrência nº [•], e a resultante celebração do CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, de [•] de [•] de 20[•], entre a CONCESSIONÁRIA e o CONCEDENTE, cujo objeto é a Modernização, eficientização, Expansão, Operação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública do Município de Campos dos Goytacazes-RJ.

II. A obrigação do CONCEDENTE de constituir em favor da CONCESSIONÁRIA a vinculação dos recursos provenientes da arrecadação da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - CIP, para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO.

III. A obrigação da CONCESSIONÁRIA de contratar AGENTE FIDUCIÁRIO, com anuência e em nome do PODER CONCEDENTE, com o fim viabilizar o disposto no item acima, bem como as disposições contratuais,

RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos termos e condições das Cláusulas seguintes.

Para os fins do presente contrato, os termos e expressões utilizados terão os seguintes significados:

CONTA GARANTIA: é a conta corrente de titularidade do CONCEDENTE, pela qual transitarão os recursos da CIP, a ser aberta junto ao AGENTE FIDUCIÁRIO, com movimentação exclusiva pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos e condições previstos neste contrato e no CONTRATO DE CONCESSÃO.

CONTA RESERVA: é a conta corrente de titularidade do CONCEDENTE, em favor da CONCESSIONÁRIA, a ser aberta junto ao AGENTE FIDUCIÁRIO, com movimentação exclusiva pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, com saldo correspondente a 3 (três) CONTRAPRESTAÇÕES MENSAS.

CONTRATO DE CONCESSÃO: contrato de concessão administrativa celebrado entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, tendo como objeto a Modernização, efficientização, Expansão, Operação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública do Município de Campos dos Goytacazes-RJ.

CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL: valor devido mensalmente à CONCESSIONÁRIA pela execução do CONTRATO DE CONCESSÃO, a ser pago pelo CONCEDENTE e calculado após a apuração do índice de Desempenho;

BANCO FINANCIADOR: instituição financeira com a qual a CONCESSIONÁRIA firmar contrato de financiamento para a execução do objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO;

EMPRESA DISTRIBUIDORA: agente titular de concessão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica no âmbito do Município de Campos dos Goytacazes-RJ;

RECURSOS EXCEDENTES: recursos financeiros depositados na CONTA RESERVA e na CONTA GARANTIA que extrapolem os valores do saldo mínimo da CONTA RESERVA, previsto no contrato, e que extrapolem o valor da retenção mensal a ser realizada na CONTA GARANTIA para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL;

RELATÓRIO MENSAL DE INDICADORES: relatório entregue ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e ao PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA, contendo a memória de cálculo dos indicadores aferidos pela CONCESSIONÁRIA, a serem utilizados na determinação do índice de desempenho, na forma do CONTRATO DE CONCESSÃO;

VALOR MÁXIMO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL: valor mensal de referência da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, constante da proposta comercial, a ser pago à CONCESSIONÁRIA caso esta logre atingir os indicadores de desempenho requeridos no CONTRATO DE CONCESSÃO;

VERIFICADOR INDEPENDENTE: empresa de consultoria técnica especializada, a ser contratada pelo CONCEDENTE, cujas atribuições estão previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - NOMEAÇÃO DO AGENTE DE GARANTIA

O presente Contrato tem por objeto, o ato do CONCEDENTE de nomear e constituir, em caráter irrevogável e irretratável, o [•] como AGENTE FIDUCIÁRIO, outorgando-lhe suficientes poderes para, na qualidade de mandatário, gerenciar as contas GARANTIA e RESERVA, conforme definidas, de acordo com os termos e condições abaixo estipulados; e o AGENTE FIDUCIÁRIO, neste ato, aceita tal nomeação, obrigando-se a cumprir todos os termos e condições previstos neste Contrato e na legislação aplicável, empregando, na execução do mandato ora outorgado, a mesma diligência que empregaria na gerência de seus próprios negócios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ABERTURA DAS CONTAS RESERVA E GARANTIA

Imediatamente após a celebração deste Contrato, observando as suas normas internas e às do Banco Central do Brasil, deverá o AGENTE FIDUCIÁRIO abrir e manter aberta, durante toda a vigência deste Contrato, em nome do CONCEDENTE, valendo-se de recursos da CIP, uma CONTA GARANTIA e uma CONTA RESERVA, com a finalidade exclusiva de realizar e garantir o pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pelo CONCEDENTE no CONTRATO, ficando os recursos nelas depositados vinculados ao CONTRATO DE CONCESSÃO, nos montantes indicados no presente ANEXO 7 e no contrato, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de tais obrigações.

Parágrafo Primeiro - A CONTA RESERVA receberá depósito correspondente a 3 (três) vezes o VALOR MÁXIMO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, destinadas a assegurar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, devido à CONCESSIONÁRIA. Os recursos acima descritos serão depositados pelo CONCEDENTE no prazo de até 180

(cento e oitenta) dias, a partir da primeira transferência da CIP para a CONTA-GARANTIA.

Parágrafo Segundo - Os valores provenientes da arrecadação da CIP serão depositados na CONTA GARANTIA, devendo o Agente Fiduciário providenciar primeiro o pagamento da totalidade da Contraprestação Mensal, sendo que o saldo remanescente deverá permanecer disponível para o Município para que ele possa realizar o pagamento da conta de iluminação pública à EMPRESA DISTRIBUIDORA. Caso o valor do saldo remanescente não seja suficiente para o pagamento da conta de iluminação pública, o Município deverá utilizar outros recursos para a quitação.

Parágrafo Terceiro - Os recursos depositados na CONTA RESERVA no montante do saldo mínimo estabelecido e aqueles que transitarem na CONTA GARANTIA não poderão ser movimentados ou utilizados para nenhuma outra finalidade, tampouco ser dados em garantia de quaisquer outros projetos ou contratos da PODER CONCEDENTE, independentemente de sua natureza.

Parágrafo Quarto - Os depósitos a serem realizados na CONTA GARANTIA ocorrerão conforme fluxo de recebimento da CIP pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL

O AGENTE FIDUCIÁRIO, na qualidade de administrador e gestor, realizará os pagamentos da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL devida pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo Primeiro - Após a aprovação do relatório do VERIFICADOR INDEPENDENTE, o CONCEDENTE autorizará a CONCESSIONÁRIA a emitir a sua fatura mensal no valor indicado no relatório do VERIFICADOR INDEPENDENTE e notificará o AGENTE FIDUCIÁRIO, com cópia ao CONCESSIONÁRIO, devendo o AGENTE FIDUCIÁRIO realizar a transferência imediata do valor de CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL indicado no relatório, para a conta de titularidade da CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo Segundo - O CONCEDENTE comunicará ao AGENTE FIDUCIÁRIO e à CONCESSIONÁRIA a respeito do valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL a ser paga pelo CONCEDENTE, mediante o envio de relatório do VERIFICADOR INDEPENDENTE, aprovado pelo Poder Concedente, ou, na ausência motivada deste, do RELATÓRIO elaborado pela Fiscalização do Poder Concedente.

Parágrafo Terceiro - Cada CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL terá seu respectivo valor condicionada ao RELATÓRIO referido no parágrafo anterior.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de eventuais divergências quanto ao valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, o montante constante no relatório do VERIFICADOR

INDEPENDENTE aprovado pelo Poder Concedente, deverá ser regularmente pago pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, na forma prevista neste contrato e no CONTRATO DE CONCESSÃO.

Parágrafo Quinto — Deverão ser realizados os eventuais ajustamentos do valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, para mais ou para menos, resultantes da análise das divergências apontadas em relação ao relatório do VERIFICADOR INDEPENDENTE.

Parágrafo Sexto - Caso a arrecadação da CIP em determinado mês seja insuficiente para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá transferir recursos, da CONTA RESERVA para a conta indicada pela CONCESSIONÁRIA, suficientes para pagamento do valor total devido pelo CONCEDENTE.

Parágrafo Sétimo - O CONCEDENTE assegurará, ainda, a existência de recursos orçamentários suficientes para os pagamentos devidos à CONCESSIONÁRIA nas hipóteses em que a arrecadação da CIP for insuficiente para esse fim, designando dotação orçamentária complementar ou alternativa, cujos recursos financeiros também poderão transitar pela CONTA GARANTIA.

Parágrafo Oitavo - No caso de inadimplemento do CONCEDENTE o débito será corrigido monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

e, em seguida, acrescido de multa de 2% (dois por cento), e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo Nono - Os pagamentos da Contraprestação Mensal poderão ser reduzidos em face da eventual retenção de valores que sejam devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, decorrente de multas, cominações ou encargos de qualquer natureza prevista no Contrato de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS

Todos os recursos a qualquer tempo depositado na CONTA GARANTIA e CONTA RESERVA serão de titularidade do CONCEDENTE, depositados para o benefício da CONCESSIONÁRIA. Desta forma, os recursos depositados na CONTA GARANTIA terão como finalidade o pagamento da DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL e eventual indenização devida à CONCESSIONÁRIA, sendo que o saldo remanescente deverá permanecer disponível para o Município para que ele possa realizar o pagamento da conta de iluminação pública à EMPRESA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA. Os recursos depositados na CONTA RESERVA terão como finalidade exclusiva a garantia do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL da CONCESSIONÁRIA e de eventuais indenizações devidas pelo CONCEDENTE, em casos de inadimplemento do CONCEDENTE.

Parágrafo Primeiro - O CONCEDENTE não poderá movimentar a CONTA RESERVA e a CONTA GARANTIA, não sendo, portanto, permitida a utilização de qualquer meio de movimentação dos recursos disponíveis nessas contas (seja por meio de emissão de cheques, cartão de débito, transferência eletrônica disponível - TED, ordens verbais ou escritas). A CONTA RESERVA e a CONTA GARANTIA serão movimentadas única e exclusivamente pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos previstos neste Contrato.

Parágrafo Segundo - A administração dos valores depositados na CONTA RESERVA e na CONTA GARANTIA se dará mediante acompanhamento mensal da movimentação financeira e dos saldos nelas existentes.

Parágrafo Terceiro - O CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA concordam e declaram-se cientes que a realização dos depósitos nas respectivas contas GARANTIA e RESERVA não são de responsabilidade do AGENTE FIDUCIÁRIO, cabendo-lhe, exclusivamente, a função, como administrador, de acompanhar a movimentação financeira e os saldos nelas existentes, assim como realizar as transferências autorizadas na forma prevista neste Contrato.

Parágrafo Quarto - O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá reter mensalmente na CONTA GARANTIA recursos suficientes para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, tendo como base o VALOR MÁXIMO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL. Concluída a retenção dos recursos e atendido o saldo mínimo da CONTA RESERVA, o restante dos recursos serão transferidos para a conta indicada pelo CONCEDENTE.

Parágrafo Quinto - Os recursos existentes na CONTA RESERVA serão aplicados automaticamente em Fundos de Investimentos lastreados por títulos públicos Federais.

Parágrafo Sexto - Na hipótese de vencimento das Aplicações Financeiras dos recursos depositados na CONTA RESERVA deverá ser providenciada nova aplicação, conforme disposto neste contrato.

Parágrafo Sétimo - A verificação dos valores mínimos constantes do Anexo 1 deste Contrato deverá observar a necessidade de atualização de forma concomitante ao reajuste ou revisão do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MÁXIMA. Caso estejam em desacordo com o referido Anexo, o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA serão notificados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

CLÁUSULA QUINTA - DOS VALORES DA CONTA RESERVA

Durante a vigência do presente Contrato, os valores existentes na CONTA RESERVA, verificados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO no último dia útil de cada mês, somados, não poderão ficar abaixo da soma dos valores mínimos estabelecidos no Contrato, bem como no CONTRATO DE CONCESSÃO.

Parágrafo Primeiro - Caberá ao AGENTE FIDUCIÁRIO informar trimestralmente ao CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA o saldo existente na CONTA RESERVA,

devendo em um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, esta possuir um saldo equivalente a 3 (três) vezes o VALOR MÁXIMO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL vigente, responsabilizando-se civil e criminalmente por tais informações.

Parágrafo Segundo - Caso seja necessário, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá proceder à retenção e transferência da CONTA GARANTIA para a CONTA RESERVA em valor equivalente à complementação necessária para que se atinja o saldo mínimo da CONTA RESERVA.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DO EXCEDENTE DA CONTA RESERVA

Superados os valores mínimos globais verificados na CONTA RESERVA de que trata o CONTRATO DE CONCESSÃO e realizada a retenção mensal na CONTA GARANTIA de recursos suficientes para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, deverá o AGENTE FIDUCIÁRIO proceder à transferência dos RECURSOS EXCEDENTES, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, desde que inexista situação de inadimplência do CONCEDENTE perante a CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS GARANTIAS

Na hipótese de não pagamento dos valores devidos, o AGENTE FIDUCIÁRIO realizará a transferência de recursos da CONTA RESERVA e/ou da CONTA GARANTIA,

conforme o caso, para a conta corrente abaixo indicada, no parágrafo quinto, pela CONCESSIONÁRIA, de sua titularidade ou, eventualmente, em outra conta por ela indicada para fins de atendimento ao contrato de financiamento a ser firmado com o BANCO FINANCIADOR, em montante suficiente que baste para o pagamento integral das obrigações inadimplidas.

Parágrafo Primeiro - Se o inadimplemento do CONCEDENTE não se referir ao pagamento das CONTRAPRESTAÇÕES MENSAS, como nos casos de extinção, rescisão ou anulação do CONTRATO DE CONCESSÃO ou outra hipótese que enseje a execução das garantias previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA comunicará ao AGENTE FIDUCIÁRIO a eventual inadimplência do CONCEDENTE. A notificação encaminhada deverá descrever o evento de inadimplemento bem como o valor inadimplido.

Parágrafo Segundo - Recebida a comunicação prevista acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 01 (um) dia útil, comunicará ao CONCEDENTE, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, a respeito do pleito da CONCESSIONÁRIA, facultando-lhe a purgação da mora ou apresentação de justificativa no prazo máximo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período.

Parágrafo Terceiro - A notificação contendo descrição do evento de inadimplemento será devida, também, na hipótese de a cobrança da CONCESSIONÁRIA estar restrita ao pagamento das CONTRAPRESTAÇÕES MENSAS.

Parágrafo Quarto - O CONCEDENTE deverá comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO o pagamento eventualmente realizado nos termos do parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer os seguintes dados:

- DADOS BANCÁRIOS DA CONCESSIONÁRIA [ô]

Banco:

Agência:

C/C:

Parágrafo Sexto - O AGENTE FIDUCIÁRIO liberará os recursos em favor da CONCESSIONÁRIA, no 1º (primeiro) dia útil subsequente à comprovação da inadimplência do CONCEDENTE descrita nesta Cláusula, independentemente de qualquer manifestação prévia do PODER CONCEDENTE.

Parágrafo Sétimo - Caso discorde do pagamento realizado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO em favor da CONCESSIONÁRIA, o CONCEDENTE poderá submeter à questão à Arbitragem, conforme previsto no CONTRATO DE CONCESSÃO, por meio do qual será definida a forma de ressarcimento do CONCEDENTE em razão de eventuais pagamentos indevidos.

CLÁUSULA OITAVA - DA RENÚNCIA E DESTITUIÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, a qualquer tempo, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis à CONCESSIONÁRIA e ao CONCEDENTE renunciar aos poderes que lhe são conferidos por meio do presente Contrato. Da mesma forma, poderá o CONCEDENTE, destituir o AGENTE FIDUCIÁRIO de suas funções, a qualquer tempo, mediante notificação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis. A CONCESSIONÁRIA poderá solicitar de forma expressa e motivada ao CONCEDENTE para que este destitua o AGENTE FIDUCIÁRIO.

Parágrafo Primeiro - No caso de Renúncia ou Destituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, o efetivo encerramento das suas funções ocorrerá somente quando, cumulativamente, (i) este contrato for aditado para incluir o AGENTE FIDUCIÁRIO substituto; e (ii) o AGENTE FIDUCIÁRIO repassar, à instituição financeira que venha a ser designada, todos os valores e recursos mantidos em depósito ou custódia.

Parágrafo Segundo - As PARTES envidarão todos os esforços para que a contratação do AGENTE FIDUCIÁRIO substituto se dê em até 30 (trinta) dias da comunicação supra. Caso não efetivada, o AGENTE FIDUCIÁRIO se manterá responsável pelas obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo remunerada na forma descrita na Cláusula Décima Terceira do presente instrumento.

Parágrafo Terceiro - A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a pagar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, pelos serviços executados e ainda não pagos, até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento de suas atividades. Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não seja pago pela

CONCESSIONÁRIA o valor devido será corrigido pela taxa Selic, ou outra que venha a substituí-la, "*pro-rata die*" até a data de seu efetivo pagamento.

Parágrafo Quarto - No caso de Renúncia ou Destituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, deverá o CONCEDENTE contratar outra instituição financeira para desempenhar as funções estabelecidas neste Contrato e imputadas ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

Parágrafo Quinto - O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá renunciar à sua função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que impeça o exercício de suas atribuições.

CLÁUSULA NONA - DO REPASSE DE VALORES

No caso de Renúncia ou Destituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, esta se obriga a repassar, à instituição financeira que venha a ser designada, todos os valores e recursos mantidos em depósito ou custódia em seu poder no prazo de 3 (três) dias úteis imediatamente após o efetivo pagamento de qualquer remuneração que lhe seja devida pela CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES

I - O CONCEDENTE se obriga a:

- a) Creditar em conta mantida e gerida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, os valores conforme disposto na Cláusula Segunda deste Contrato e também no CONTRATO DE CONCESSÃO assinado com a CONCESSIONÁRIA;
- b) Manter aberta junto ao AGENTE FIDUCIÁRIO e sob a gestão desta, em seu nome, na Agência [•]i, a CONTA RESERVA e a CONTA GARANTIA, destinadas exclusivamente a abrigar os recursos dados em garantia previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO assinado com a CONCESSIONÁRIA;
- c) Depositar na CONTA RESERVA, na data da celebração do presente contrato, o valor constante no ANEXO 1 deste Contrato;
- d) Velar para que o fluxo de recebimento mensal dos créditos oriundos da CIP, seja depositado na CONTA GARANTIA, designada para a receber os valores destinados à realização do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL.
- e) Manter a garantia regulada neste Contrato válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, por toda a vigência deste Contrato;
- f) Creditar, sempre que necessário, na CONTA RESERVA e na CONTA GARANTIA, o montante requerido para manter o valor mínimo estabelecido no CONTRATO DE CONCESSÃO assinado com a CONCESSIONÁRIA, em absoluto cumprimento ao disposto neste Contrato e no CONTRATO DE CONCESSÃO;

g) Autorizar, a partir da assinatura deste Contrato, o AGENTE FIDUCIÁRIO a fornecer à CONCESSIONÁRIA todas as informações, inclusive extratos bancários, referentes a quaisquer movimentações e saldos, das contas bancárias tratadas neste contrato, respondendo a CONCESSIONÁRIA pelo resguardo de tais informes;

h) Velar a existência de recursos orçamentários suficientes para os pagamentos devidos à CONCESSIONÁRIA nas hipóteses em que a arrecadação da CIP for insuficiente para esse fim, designando dotação orçamentária complementar ou alternativa, cujos recursos financeiros também poderão transitar pela CONTA GARANTIA.

II - A CONCESSIONÁRIA se obriga a:

a) Comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO os valores da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL a ser pago pelo CONCEDENTE, mediante o envio do relatório do VERIFICADOR INDEPENDENTE aprovado pelo Poder Concedente, ou, na ausência motivada deste, do RELATÓRIO elaborado pela Fiscalização do Poder Concedente, e do documento de cobrança da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL;

b) Expedir Ofício para o AGENTE FIDUCIÁRIO, no endereço indicado na Cláusula Décima Oitava, comunicando a rescisão ou a anulação do CONTRATO DE CONCESSÃO, ou ainda qualquer ocorrência de outros eventos que ensejem a execução das garantias.

c) A Concessionária fica obrigada, sem prejuízo das demais obrigações previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável, a cumprir fielmente este Contrato, prestando todos os esclarecimentos necessários ao CONCEDENTE e ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

III - O AGENTE FIDUCIÁRIO se obriga a:

a) Gerir, durante a vigência deste Contrato, a CONTA RESERVA e a CONTA GARANTIA, a serem abertas na Agência [•] Campos dos Goytacazes-RJ da [•], contas estas vinculadas e de movimentação restrita, constituídas para abrigar exclusivamente os recursos dados em garantia previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO assinado entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA;

b) Atribuir à CONTA RESERVA característica para que todos os recursos nela depositados sejam aplicados de forma automática em Fundo de Investimento lastreado por títulos públicos federais;

c) Expedir, no mesmo dia de abertura da CONTA RESERVA e da CONTA GARANTIA, Ofícios para o CONCEDENTE e para a CONCESSIONÁRIA, nos endereços indicados na Cláusula Décima Nona, informando-os da abertura das contas destinadas exclusivamente a abrigar os recursos previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO assinado entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA;

d) Permitir que a CONTA RESERVA e a CONTA GARANTIA somente recebam créditos e sejam movimentadas com o intuito de preservar as obrigações referentes ao

disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

e) Expedir, até o 3º (terceiro) dia útil de cada mês, ofícios para o CONCEDENTE e para a CONCESSIONÁRIA, nos endereços indicados neste contrato, anexando os extratos mensais, do mês imediatamente anterior ao da remessa do Ofício, da CONTA RESERVA e da CONTA GARANTIA;

f) Expedir, até o 3º (terceiro) dia útil imediatamente posterior as eventuais solicitações, Ofícios para o CONCEDENTE e para a CONCESSIONÁRIA, nos endereços indicados neste contrato, anexando os extratos da CONTA RESERVA e da CONTA GARANTIA, requeridos;

g) Gerenciar as contas nos termos do presente Contrato, verificando, inclusive, o atendimento dos limites mínimos dos valores previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO e no Anexo 1 do presente Contrato;

h) Acompanhar a movimentação e os saldos existentes na CONTA RESERVA e na CONTA GARANTIA;

i) Prestar, sempre que solicitado, em até 2 (dois) dias úteis, quaisquer informações a respeito das movimentações financeiras ocorridas na CONTA RESERVA e na CONTA GARANTIA, que lhe forem solicitadas pela CONCESSIONÁRIA e/ou pelo CONCEDENTE;

j) Expedir, até o dia útil imediatamente posterior à ciência do fato, ao

CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, nos endereços indicados neste contrato, Ofícios informando quaisquer eventos extraordinários e eventuais, notadamente ligados a decisões judiciais, relacionados à administração dos valores depositados na CONTA RESERVA e na CONTA GARANTIA;

k) Expedir, até o 3º (terceiro) dia útil da ciência do fato, Ofício ao CONCEDENTE, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, caso seja apurado que a EMPRESA DISTRIBUIDORA não depositou, ou depositou quantia inferior ao informado pela CONCESSIONÁRIA na forma deste contrato, sem prejuízo da obrigação de realizar as retenções de valores porventura excedentes até que se atinja o equivalente da parcela em discussão e até que seja recomposto o saldo mínimo da CONTA RESERVA;

l) Expedir, até o 3º (terceiro) dia útil de cada mês, ao CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, nos endereços indicados neste contrato, Ofícios comunicando eventual insuficiência de valores, observados os saldos, inclusive de aplicações existentes, na CONTA RESERVA e na CONTA GARANTIA, conforme pactuados entre a CONCESSIONÁRIA e o CONCEDENTE;

m) Quando da ocorrência das hipóteses autorizadoras da execução da garantia, transferir à CONCESSIONÁRIA os recursos constantes das contas, na seguinte ordem: CONTA GARANTIA e por último a CONTA RESERVA;

n) Expedir, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à realização da transferência mencionada na alínea anterior, ao CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, nos endereços indicados neste contrato, Ofícios comunicando a movimentação realizada na CONTA RESERVA e na CONTA GARANTIA;

- o) Expedir, até o dia útil imediatamente posterior ao recebimento de qualquer solicitação da CONCESSIONÁRIA, ofício ao CONCEDENTE no endereço indicado neste contrato, informando a respeito do pleito da CONCESSIONÁRIA;
- p) Administrar a CONTA RESERVA e a CONTA GARANTIA;
- q) Reter todos os rendimentos e aplicações financeiras dos recursos depositados na CONTA RESERVA, até o valor suficiente para equalizar e/ou recompor os valores mínimos previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO e no Anexo 1 deste contrato;
- r) Proteger os direitos e interesses da CONCESSIONÁRIA e do CONCEDENTE, no que se refere ao cumprimento do disposto no presente Contrato, aplicando, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que toda pessoa diligente e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios.
- s) Reter valores da Contraprestação Mensal, em face de comunicação motivada do CONCEDENTE, dando conta da existência de multas, cominações ou encargos de qualquer natureza, previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS

A administração, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, poderá, a critério das partes (CONCESSIONÁRIA, AGENTE FIDUCIÁRIO e CONCEDENTE) e se for o caso, abranger ainda o encargo da execução dos respectivos devedores no caso de inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO, por meio deste Contrato, declara à CONCESSIONÁRIA e ao CONCEDENTE que:

I - é uma instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e possui plenos poderes, autoridade e capacidade para o exercício das atividades previstas no presente Contrato e cumprir as obrigações ora assumidas;

II - o presente Contrato constitui um plexo de obrigações legais, válidas e vinculativas das partes, podendo ser executada contra qualquer das partes de acordo com seus termos;

III - a assinatura e execução do presente Contrato não constituirá violação de seu Estatuto Social ou quaisquer outros documentos societários, bem como não deverá constituir violação ou inadimplemento de qualquer contrato de que seja parte;

IV - não é necessária a obtenção de qualquer aprovação governamental, ou quaisquer outros consentimentos, aprovações, ou notificações com relação à validade ou exequibilidade deste Contrato; e

V - não há qualquer litígio, investigação ou processo perante qualquer tribunal de arbitragem, juízo ou tribunal administrativo que possa afetar o fiel cumprimento do presente Contrato ou a qualquer das obrigações aqui previstas, ou ainda qualquer litígio, investigação ou processo que esteja pendente ou, no melhor do conhecimento do AGENTE FIDUCIÁRIO, seja iminente, e que acarrete um efeito adverso relevante ao AGENTE FIDUCIÁRIO ou qualquer de suas propriedades, direitos, receitas ou bens, que venha a prejudicar o cumprimento de suas obrigações estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO

Pela execução e cumprimento do disposto no presente Contrato será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO e pago mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, pela CONCESSIONÁRIA, remuneração equivalente a R\$ (valor por extenso).

Parágrafo Primeiro - Na eventualidade da CONCESSIONÁRIA não realizar o pagamento da remuneração devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO o valor será corrigido pela taxa Selic, ou outra que venha a substituí-la, a partir do 5º (quinto) dia útil, até a data do efetivo pagamento da remuneração.

Parágrafo Segundo - O valor da remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO será reajustado anualmente, sempre no mês imediatamente subsequente ao da assinatura deste Contrato, pela taxa Selic, ou outra que venha a substituí-la, acumulada dos últimos 12 (doze) meses anteriores ao reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONFIDENCIALIDADE

O AGENTE FIDUCIÁRIO, a CONCESSIONÁRIA e o
CONCEDENTE, seus

dirigentes, funcionários e representantes, a qualquer título, manterão sigilo a respeito de todas as informações a que tiverem acesso em decorrência deste Contrato, durante a sua execução e seu respectivo prazo de validade.

Parágrafo Primeiro - São consideradas Informações Confidenciais, para os fins deste contrato, todos os documentos, informações gerais, comerciais, operacionais ou outros dados privativos das Partes, de seus clientes e de pessoas ou entidades com as quais mantenham relacionamento, excetuadas apenas aquelas que (i) sejam ou se tornem de domínio público sem a interferência de qualquer parte; e (ii) sejam de conhecimento de qualquer parte ou de seus representantes antes do início das negociações que resultaram neste Contrato.

Parágrafo Segundo - As partes somente poderão revelar a terceiros Informações Confidenciais mediante prévia autorização escrita da parte proprietária da informação,

exceto no caso de determinação de autoridade pública ou em decorrência de ordem judicial, hipóteses em que procederão como segue: (i) imediatamente dará notícia à parte proprietária das Informações Confidenciais a respeito da ordem da autoridade pública ou do juiz, exceto se da intimação constar vedação nesse sentido; e (ii) prestará todas as informações e subsídios que possam ser necessários para que o titular das Informações Confidenciais, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de qualquer informação confidencial.

Parágrafo Terceiro - Além de constituir infração contratual, a violação do dever de confidencialidade, inclusive aquela cometida por seus funcionários, dirigentes e representantes a qualquer título, obriga a parte infratora ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados à parte proprietária da informação, sem prejuízo de continuar cumprindo, no que cabível, o dever de confidencialidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RENÚNCIA E DO ADITAMENTO

Não obstante quaisquer disposições deste Contrato, nenhum aditamento a qualquer de suas disposições (inclusive qualquer renúncia ou consentimento) será eficaz a não ser que esteja feito por escrito e assinado por todas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INDEPENDÊNCIA ENTRE DISPOSIÇÕES

Se qualquer disposição do presente Contrato for considerada nula, ilegal ou inexecutável nos termos da lei, em qualquer jurisdição, a disposição em questão será ineficaz tão-somente na medida da nulidade, ilegalidade ou inexecutabilidade daquela disposição, e não afetará quaisquer outras disposições aqui contidas nem a validade, legalidade ou executabilidade daquela disposição em qualquer outra jurisdição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS AVENÇAS, SUCESSORES E CESSIONÁRIOS

É intenção das partes que o presente Contrato configure a expressão final das avenças havidas entre elas com relação a seu objeto e que configure ademais a declaração completa e exclusiva dos termos e condições das aludidas avenças, substituindo qualquer outro entendimento escrito ou verbal que possa haver com relação à matéria aqui tratada. O presente Contrato obrigará e reverterá em benefício das partes aqui presentes, bem como de seus respectivos sucessores e cessionários autorizados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS NOTIFICAÇÕES

Qualquer notificação exigida ou permitida nos termos deste Contrato será dada por escrito através de Ofício e devidamente protocolado, fac-símile, serviço de entrega rápida ou por correspondência registrada, com recibo de entrega, postagem paga antecipadamente, endereçados à parte que os receber em seus respectivos endereços conforme disposto abaixo, ou aquele que venha a ser posteriormente designado pela parte.

Para a CONCESSIONÁRIA:

Rua [•], nº [•], Bairro [•], CEP [•], Campos dos Goytacazes-RJ

A/C Sr. [•]

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Rua [•], nº [•], [•] andar, bairro [•], Campos dos Goytacazes-RJ

A/C. Sr.

Para o CONCEDENTE:

Rua [•], nº [•], [•] andar, bairro [•], Campos dos Goytacazes-RJ

A/C Sr. [•]

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA APLICABILIDADE, DA ARBITRAGEM E DO FORO

O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil e em consonância as responsabilidades e atribuições das partes, que concordam em, na forma disciplinada pela Lei nº 9.307/96, resolver por meio de arbitragem todo e qualquer

conflito de interesses que decorra da execução deste Contrato, sendo o procedimento processado pela Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Parágrafo Único - Fica desde já eleito o Foro de Campos dos Goytacazes-RJ para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato que não possam ser resolvidas por meio da arbitragem, nos termos previstos na Lei Federal nº. 9.307/96.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e permanecerá em pleno vigor pelo prazo de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, podendo ser automaticamente renovado, caso seja de interesse das Partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Após a assinatura deste contrato, qualquer das PARTES poderá providenciar seu registro no cartório de Registro de Títulos e Documentos do local da sede do CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente Contrato, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Campos dos Goytacazes-RJ, [•] de [•] de 2018.

Na qualidade de CONCEDENTE

Predeito de Campos dos Goytacazes-RJ

[•]

Procurador do Município de Campos dos Goytacazes-RJ

[•]

na qualidade de CONCESSIONÁRIA

[•]

Diretor Presidente

[•] Na qualidade de AGENTE FIDUCIÁRIO



PREFEITURA DE

CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA DE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA

RELAÇÃO DE ANEXOS

- ANEXO 1: COMPOSIÇÃO DO SALDO MÍNIMO DA CONTA RESERVA
- ANEXO 2: CONTRATO DE CONCESSÃO (E ANEXOS)



ANEXO 1- CONTRATO DE AGENTE FIDUCIÁRIO
COMPOSIÇÃO DO SALDO MÍNIMO DA CONTA RESERVA

1.1. A composição e manutenção do saldo mínimo da CONTA RESERVA deverá observar o quanto segue:

R\$ (valor por extenso) relativo ao valor correspondente a 3 (três) vezes o VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL.

1.2. Os valores correspondentes ao saldo mínimo da CONTA RESERVA serão reajustados anualmente, em conformidade com os reajustes e eventuais revisões do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MÁXIMA.

ANEXO 2- CONTRATO DE CONCESSÃO E ANEXOS.